



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

TERMO DE REFERÊNCIA

**MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA,
COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES, DOS**

**ELEVADORES INSTALADOS
NO BLOCO A**

**DO FORUM MARILENA FRANCO
À AV. VENEZUELA, 134 – CENTRO – RIO DE JANEIRO – RJ**

Versão: R00

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Subsecretaria de Infraestrutura – SIE

Coordenadoria de Manutenção - CMNT

Seção de Manutenção de Equipamentos Mecânicos - SEMEQ

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU DO RJ – SJRJ/SIE/CMNT/SEMEQ

Pág.1 de 21



Assinado com senha por DELSON DOS SANTOS, MARIA LUIZA ALVES DE AQUINO e CLAUDIA MESQUITA REZENDE RANGEL.
Documento Nº: 2843296.25751368-5085 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2843296.25751368-5085>



JFRJSEC202000038A



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

índice

1.	OBJETO	3
2.	VISITA PRÉVIA / ATESTADO DE VISITA / CONSULTAS	3
3.	DISPOSIÇÕES GERAIS	4
4.	OPERACIONAL E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA LICITANTE	5
5.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	6
6.	FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PEÇAS E COMPONENTES DE REPOSIÇÃO	9
7.	ROTINAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA	10
8.	PRAZO DE EXECUÇÃO	13
9.	INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR).....	13
10.	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	16
11.	PAGAMENTO	17
12.	CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO	18
13.	CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE	19





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

1. OBJETO

O objeto da presente especificação é a contratação, pelo período de 12 (doze) meses, de empresa(s) especializada(s) em **serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças e componentes**, dos equipamentos descritos abaixo e instalados na Justiça Federal de 1º Grau, localizada na Av. Venezuela, 134, Centro – Rio de Janeiro – RJ - BLOCO A.

Código SIASG: 0355-7

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QT.	A	B	C
01	Elevadores da marca ATLAS SCHINDLER, sem engrenagem, modelo MICONIC MX VF 22 BR com máquina de tração FMR 355	3	1050	1,75	10/10

Onde:

A = Capacidade de cada máquina (kg)

B = Velocidade (metros por minuto)

C = Número de paradas

2. VISITA PRÉVIA / ATESTADO DE VISITA / CONSULTAS

As empresas licitantes, caso tenham interesse em realizar a visita prévia, deverão contatar o Eng. Delson dos Santos ou demais servidores da SEMEQ, situada na Av. Almirante Barroso, 78, 9º andar, Centro, RJ, por meio dos telefones (21) 3218-9079 / 9641 / 9841, com a devida antecedência, para que sejam agendadas visitas às instalações objeto desta especificação.

As visitas serão realizadas, preferencialmente, por um Engenheiro Responsável Técnico da empresa e serão facultativas. As vistorias não serão obrigatórias, porém recomendadas.

As visitas prévias incluirão a análise das instalações e equipamentos e a compatibilidade com esta especificação técnica, e deverão ser realizadas, preferencialmente, por um dos Engenheiros Responsáveis Técnicos da Licitante.

A falta da visita não poderá ser utilizada como alegação de desconhecimento das particularidades dos equipamentos ou instalações.

Os esclarecimentos e instruções serão prestados pela CONTRATANTE, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, sob forma de circulares a todos os licitantes, mesmo que apenas um os tenha solicitado.

O ato de apresentação da proposta implicará na admissão de que a documentação técnica e os esclarecimentos prestados foram julgados suficientes para que os serviços sejam executados nas condições estipuladas por esta especificação técnica.





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

3. DISPOSIÇÕES GERAIS

Todos os serviços relativos à presente especificação se referem à manutenção preventiva e corretiva, entendendo-se, como tal, todas as ações e intervenções permanentes ou periódicas nos sistemas, subsistemas, equipamentos e componentes do(s) equipamento(s) de propriedade da CONTRATANTE e que resultem, respectivamente, na manutenção e na recuperação do estado de uso ou operacional, para que o valor do patrimônio e sua operacionalidade sejam garantidos.

Esta especificação visa a estabelecer princípios mínimos de execução para os diversos tipos de serviços, desenvolvendo uma metodologia para execução de certas atividades ou etapas dos serviços e definir o padrão dos materiais/peças e componentes de reposição utilizados.

Considerar-se-á que esta especificação técnica é de inteiro conhecimento da CONTRATADA que, além disso, conhece perfeitamente todas as instalações, sistemas e equipamentos que serão mantidos e reparados durante a vigência do contrato, uma vez que realizou minuciosa vistoria, executando cada levantamento necessário ao desenvolvimento de seu trabalho e de modo que não tenha incorrido em omissões.

Entender-se-á a CONTRATADA como altamente especializada nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá computar, no valor global da sua proposta, a previsão de peças e componentes de reposição, as complementações e acessórios implícitos e necessários ao perfeito funcionamento de todos os equipamentos, não cabendo, portanto, pretensão de futura cobrança de “serviços extraordinários” ou de alterações nas composições de preços.

A CONTRATANTE não aceitará, sob nenhuma evasiva, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outras instituições.

Os serviços de **manutenção preventiva** deverão ser realizados objetivando manter os equipamentos dentro das **condições normais de utilização, de segurança e em perfeito estado de conservação**, reduzindo as possibilidades de ocorrência de defeitos por desgaste ou por envelhecimento das peças e dos componentes.

Os serviços de **manutenção corretiva** visam ao reparo de defeitos, restabelecendo-se, em tempo hábil, o pleno e adequado desempenho de todos os equipamentos desta especificação.

Os materiais empregados e os serviços executados deverão obedecer, com rigor:

- às normas e especificações constantes desta Especificação;
- às normas da ABNT;
- às determinações da GEM – Gerência de Engenharia Mecânica do Rio de Janeiro – RJ, bem como dos demais órgãos fiscalizadores;
- às prescrições e recomendações dos fabricantes dos elevadores;
- às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;



JFRJSECC202000038A



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

- à Portaria nº 2.296, de 23.07.97 – Práticas de Projetos de Construção e Manutenção dos Edifícios Públicos Federais, do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado - MARE;
- à Resolução nº 425/98 – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA);
- à lei municipal do Rio de Janeiro 2.743/99.

Nenhuma alteração ou modificação será realizada nas instalações e nos equipamentos sem autorização, por escrito, da CONTRATANTE.

Não será permitido ao pessoal da CONTRATADA transitar por área que não seja imediata ao trabalho sem a prévia autorização e conhecimento da CONTRATANTE.

No caso de danos às instalações dos imóveis da SJRJ por parte da CONTRATADA e/ou por parte de seus funcionários, caberá à CONTRATADA restaurar os danos ocorridos, deixando as instalações em conformidade com o seu estado original.

Caso haja necessidade de movimentações de partes e/ou componentes objeto desta Especificação e que necessitem interferir com demais instalações da SJRJ, a CONTRATADA solicitará, previamente, avaliação e autorização da CONTRATANTE.

Além de todos os serviços de manutenção preventiva recomendados pelos fabricantes dos elevadores e objeto desta Especificação, observar-se-á, rigorosamente, o que está estabelecido no **Capítulo VI da lei municipal do Rio de Janeiro 2.743/99**, ressalvado o que está definido nas obrigações da contratada, rotinas de manutenção e índices de medição de resultados observados na presente especificação.

Os serviços realizados fora do horário normal de expediente serão previamente submetidos à apreciação da CONTRATANTE, que poderá autorizar, ou não, sua execução, em face da necessidade de verificação de prioridades, natureza dos serviços e interesses da Administração da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que o ônus decorrente destes serviços é de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, à medida que a boa técnica obriga que determinados serviços sejam executados fora do expediente.

4. CAPACIDADE OPERACIONAL E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA LICITANTE

A(s) empresa(s) licitante(s) apresentará(ão) a documentação abaixo relacionada para ser(em) considerada(s) habilitada(s) a participar da licitação. Os atestados mencionarão, claramente, as características do serviço, de modo a deixar, sem margem de dúvidas, a similitude com o objeto da licitação.

4.1. **Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA**, em atividade relacionada ao objeto desta licitação.

4.2. **Registro vigente na Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Rioluz-GEM**, na modalidade conservadora de equipamento de transporte vertical, para o Objeto aqui considerado.

4.3. **Atestado(s) de Capacidade Técnica** emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório(s) de serviço de manutenção realizado **pela Empresa Licitante** conforme critério abaixo:





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

O critério de aceitabilidade do atestado de capacidade técnica é ser um documento comprobatório de serviço de manutenção mensal em elevador(es) instalado(s) em prédio comercial, com equipamento de mesmo fabricante e modelo aqui considerado para o Bloco A (**ATLAS SCHINDLER, sem engrenagem, modelo MICONIC MX VF22BR com máquina de tração FMR 355**), com 5 (cinco) paradas.

4.4. **Atestado(s) de Capacidade Técnica** emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, certificado(s) pelo CREA, comprobatório(s) da execução, **pelo(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s), ENGENHEIRO MECÂNICO**, habilitado(s) pelo CREA, de serviço de manutenção **em elevador(es)**.

NOTA 1: Os atestados deverão mencionar as características dos serviços claramente, de modo a não dar margem a dúvidas quanto à similitude com o objeto deste Termo de Referência.

NOTA 2: O(s) profissional(is) designado(s) como responsável(is) técnico(s) pelos serviços deverá(ão) comprovar o vínculo profissional com a licitante por meio de: cópia de carteira de trabalho (CTPS), contrato social da licitante, contrato de prestação de serviço ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de anuência do mesmo profissional (conforme Acórdão 1806/2015 – TCU – Plenário).

NOTA 3: A apresentação de acervo do profissional não supre a exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica do profissional.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1. Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva, além de outros complementares não previstos neste documento, desde que de relevância para o bom desempenho do(s) equipamento(s), constando das recomendações atuais ou que venham a ser adotadas pelos fabricantes.
- 5.2. Inspecionar o(s) equipamento(s) coberto(s) pelo contrato **mensalmente, e após os chamados de manutenção corretiva**, nas horas que antecedam ao expediente normal da SJRJ, visando ao pleno funcionamento dos mesmos, efetuando quaisquer serviços e substituições de peças e/ou componentes, em tempo hábil, de forma que não haja prejuízo ao andamento dos serviços.
- 5.3. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 5.4. **Fornecer, até o 5º (quinto) dia útil após a assinatura do contrato**, à SEMEQ/CMNT/SIE o **Plano Mestre de Manutenção Preventiva** composto pelo Cronograma Anual de manutenção preventiva e os descritivos dos procedimentos de manutenção a adotar durante a vigência do contrato.
- 5.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos ocasionados a terceiros, causados pelo funcionamento imperfeito ou por acidentes que resultem da falta de adequada





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

conservação ou de ausência de condições de segurança dos equipamentos sob sua manutenção.

- 5.6. Cumprir todas as disposições legais federais, estaduais e municipais pertinentes, sendo de sua exclusiva responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou na utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços.
- 5.7. Utilizar, na prestação dos serviços objeto do presente contrato, mão de obra qualificada, experiente, habilitada e especializada.
- 5.8. Responsabilizar-se totalmente pela limpeza e conservação das áreas referentes às casas de máquinas e poços do(s) elevador(es)/plataforma(s), quando aplicável.
- 5.9. Manter a casa de máquinas, caixa de corrida e/ou poços do(s) equipamento(s) ou afins livres e desimpedidos, não permitindo depósito de materiais, bem como acesso de pessoas estranhas à Contratada.
- 5.10. Ter ciência de que seus empregados, quando prestando serviço à CONTRATANTE, estarão sujeitos às suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o órgão, pois que manterão contrato de trabalho com a CONTRATADA, a qual, como tal, responderá sempre, única e exclusivamente, perante as repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas.
- 5.11. Apresentar o registro da **ART** (Anotação de Responsabilidade Técnica) do presente contrato e comprovante do recolhimento da respectiva guia até o **5º (quinto) dia útil** após a assinatura do contrato.
- 5.12. Indicar formalmente e por escrito, em até **05 (cinco)** dias após a assinatura do contrato, um **preposto**, o qual deverá responder pela Contratada perante o Contratante. Este preposto deverá fornecer número de telefone celular ou outro meio de comunicação imediata, o qual deverá estar acessível.
- 5.13. Fornecer todos os materiais de consumo compatíveis com os serviços de manutenção, sinalização adequada para equipamento(s) em manutenção preventiva e/ou corretiva (do tipo cavalete com avisos), peças e componentes de reposição, ferramentas necessárias, portáteis ou não, e equipamentos em geral para execução de todas as tarefas, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, tais como estopa, querosene, fita isolante, graxa lubrificante sintética à base de cobre coloidal para contatos elétricos, produtos antiferrugem, colas, adesivos plásticos, pastas lubrificantes, eletrodos, serras, rebites, óleos lubrificantes, solventes, aguarrás, pincéis, pistolas, compressores para pintura e outros, desengripantes, detergentes, sabões, panos, utensílios e produtos de limpeza, relés, fusíveis, parafusos, resistores, lâmpadas, e quaisquer outros materiais de consumo necessários, em quantidades suficientes para a execução dos serviços, bem como instrumentos de medição e de testes com seus acessórios.





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

- 5.14. Fornecer, com a frequência recomendada pelo fabricante, pelos órgãos de segurança e fiscalização de elevador(es)/plataforma(s), todos os relatórios recomendados e obrigatórios, devidamente assinados pelo profissional responsável técnico.
- 5.15. Apresentar à CONTRATANTE, sempre que houver renovação ou qualquer alteração, os comprovantes de regularidade perante os órgãos de segurança e fiscalização, com validade vigente.
- 5.16. Manter nas dependências do imóvel de cada elevador/plataforma um estoque mínimo dos materiais/peças e componentes de reposição regular para atendimento imediato de reparos urgentes.
- 5.17. Permitir acesso dos representantes da CONTRATANTE e de toda pessoa autorizada pela SJRJ aos serviços e aos locais onde estejam sendo realizados trabalhos, estocados materiais, peças de reposição e materiais de consumo referentes ao contrato.
- 5.18. Fornecer aos seus empregados para acesso às dependências da contratada: crachás com fotografia, uniformes completos sempre em boas condições de uso e apresentação, EPI - Equipamentos de Proteção Individual (capacetes, óculos, luvas, cintos de segurança, cordas, etc.) adequados à execução de todos os serviços e EPC – Equipamentos de Proteção Coletiva, sempre que aplicáveis.
- 5.19. Obedecer rigorosamente às normas vigentes de Segurança e Medicina do Trabalho para todos os tipos de atividade, responsabilizando-se por quaisquer danos físicos ou pessoais decorrentes de acidentes que venham a ocorrer.
- 5.20. Fornecer **números de telefone fixo para abertura de chamados** solicitando manutenção corretiva, preventiva e/ou liberação de passageiros presos, que deverão funcionar 24 horas diárias. Deverão ser fornecidos, ainda, os números de telefone celular do Responsável Técnico e do Preposto da CONTRATADA, a fim de permitir o recebimento de ligações em qualquer horário em casos de urgência.
- 5.21. Emitir pareceres técnicos, quando solicitados pela CONTRATANTE, por meio dos seu(s) Engenheiro(s) Responsável(is) Técnico(s), a fim de esclarecer dúvidas no que tange aos serviços contratados.
- 5.22. Fornecer 01 (um) **Relatório de Mensal, até 5º (quinto) dia útil do mês subsequente**, devendo conter as seguintes informações:
 - 5.22.1. Anotação de todas as ocorrências diárias relevantes no *Relatório de Avarias*, a ser fornecido pela CONTRATADA, apresentando cópia do mesmo ao supervisor da Seção de Apoio Administrativo.
 - 5.22.2. Relacionamento das causas com os diagnósticos dos defeitos, os materiais, peças, componentes e serviços necessários à correção, bem como a data de execução dos serviços e as peças substituídas por equipamento, com tempo de interrupção do funcionamento dos sistemas/equipamentos.





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

5.22.3. Assinatura pelo profissional Responsável Técnico.

5.22.4. Resumo das metas cumpridas e não cumpridas.

- 5.23. Atender às propostas da CONTRATANTE modificando a forma de apresentação nos relatórios mensais de manutenção, objetivando melhor gerenciamento nas atividades desempenhadas pela CONTRATADA ou, ainda, apresentar relatórios complementares.
- 5.24. Executar os serviços de manutenção corretiva de acordo com as necessidades da CONTRATANTE e com programação, previamente apreciada por ela, para cada caso específico.
- 5.25. Depositar materiais inflamáveis em áreas autorizadas pela CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA providenciar para estas áreas os dispositivos de combate/proteção contra incêndio determinados pelos órgãos competentes.
- 5.26. Comunicar, formalmente e por escrito, quando verificar condições inadequadas ou a iminência de ocorrências que possam prejudicar o perfeito funcionamento do(s) equipamento(s) ou colocar em risco a vida das pessoas.
- 5.27. Comunicar, formalmente e por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pela Contratante.
- 5.28. Providenciar o acompanhamento presencial de seu(s) responsável (is) técnico(s) os serviços técnicos de maior relevância, ou quando solicitado pela CONTRATANTE, emitindo relatórios conclusivos.
- 5.29. Encaminhar todas as documentações técnicas e administrativas mensais, assim como, a Nota Fiscal de Serviços relativa ao pagamento dos serviços **até 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.**

6. FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PEÇAS E COMPONENTES DE REPOSIÇÃO

6.1. Todos os materiais, peças e componentes de reposição empregados nos serviços **serão novos e genuínos**, podendo ser exigida a comprovação por meio de nota fiscal e serão fornecidos pela Contratada.

6.1.1. A CONTRATANTE poderá solicitar, quando necessário, a apresentação da relação dos fabricantes/empresas que lhe fornecem componentes dos equipamentos mantidos, respectivos endereços, documentos comprobatórios pertinentes, bem como a descrição de seus tipos e características.

6.1.2. Os materiais e peças de reposição que não atendam às especificações dos fabricantes do equipamento não serão aceitos pela CONTRATANTE.





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

- 6.2. Os prazos para fornecimento de peças e componentes de reposição serão tais que nenhum prejuízo operacional seja imposto à CONTRATANTE. Casos excepcionais serão submetidos à apreciação da CONTRATANTE.

7. ROTINAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA

- 7.1. A CONTRATADA deverá fornecer, nos 05 (cinco) primeiros dias úteis após a assinatura do contrato, uma rotina de manutenção preventiva detalhando, entre outros, todos os procedimentos e etapas mencionados neste documento, a ser aprovada pela CONTRATANTE, na qual deverão constar todas as atividades, semanais, quinzenais, mensais, trimestrais, semestrais e/ou anuais a serem desenvolvidas, incluindo visitas periódicas para avaliação do funcionamento dos equipamentos em seu todo.

O Plano Mestre de Manutenção Preventiva será elaborado e assinado pelo Responsável Técnico da CONTRATADA, devendo contemplar todas as rotinas, informações e recomendações contidas em boletins técnicos, catálogos, manuais de operação e de manutenção do fabricante dos equipamentos a serem mantidos. Esse plano deve ter o período de 01 (um) ano e ser apresentado na forma de um Cronograma de manutenção preventiva anual claro para orientação das manutenções citadas no relatório mensal.

- 7.2. A CONTRATADA deverá realizar a manutenção preventiva em conformidade com a programação por ela apresentada, e devidamente aprovada pela CONTRATANTE, tendo em vista, no mínimo, o desempenho dos seguintes procedimentos:
- a) Lubrificação de todas as partes dos mecanismos e dos equipamentos que requeiram esta ação periódica, com o emprego de lubrificantes de tipo recomendado pelo fabricante, evitando-se o uso de quantidades excessivas;
 - b) As guias devem ser lubrificadas, evitando-se os excessos. Pelo menos uma vez por ano, as guias serão completamente limpas, usando-se, se necessário, solventes adequados para retirar o excesso de lubrificante, sujeiras e materiais estranhos;
 - c) Quando aplicável, o nível de óleo dos amortecedores deve ser mensalmente verificado e, quando necessário, recomposto;
 - d) Os contatos e relés devem ser mantidos limpos, evitando-se depósitos de poeira ou sujeira, devendo ser lubrificados sempre que necessário e de acordo com as recomendações do fabricante;
 - e) Os freios de segurança devem ser mantidos limpos e livres de ferrugem e sujeira; a sua lubrificação deve ser feita com frequência, particularmente nos lugares mais expostos à oxidação, ação da água, umidade ou vapores corrosivos que possam impedir o funcionamento dos mesmos;
 - f) As caixas, principalmente junto às portas dos pavimentos, e os poços, ou afins, devem





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

ser mantidos limpos e livres de sujeira ou entulhos e não devem ser utilizados para depósito, eliminando-se qualquer acúmulo de água nos poços, ou afins;

- g) A casa de máquinas e de polias deve ser mantida limpa e livre de óleo ou graxa, não sendo permitido seu uso para guarda de materiais em geral, exceto os estritamente necessários para a conservação do(s) equipamento(s);
- h) A parte superior das cabinas deve ser mantida limpa, não devendo servir para depósito de materiais de qualquer tipo;
- i) Verificação das condições de funcionamento e de segurança do(s) equipamento(s) e realização de regulagens e ajustamentos genéricos;
- j) Execução de quaisquer outros serviços, ainda que de menor importância;
 - estão incluídos na manutenção corretiva e preventiva sistemas de iluminação e ventilação do(s) equipamento(s), inclusive lâmpadas, correções, guias e borrachas batentes de portas, botoeiras diversas, placas de acrílico, colmeias e demais componentes;
 - consideram-se como serviços a serem incluídos e executados no plano de manutenção todas as rotinas, informações e recomendações contidas em Boletins Técnicos, catálogos, manuais de operação e de manutenção do fabricante dos equipamentos a serem mantidos.

7.3. A manutenção corretiva deverá ser prestada pela CONTRATADA, através de seu corpo técnico mediante chamado telefônico ao(s) número(s) por ela indicado(s), dentro dos seguintes limites:

- a) Nos dias úteis no horário de 7:30 às 19:30 horas, o atendimento do chamado para manutenção corretiva, deve ser feito em no máximo 01 (uma) hora.
- b) Caso a resolução do defeito ultrapasse o período de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da abertura do chamado técnico, a CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE, imediatamente, a estimativa dos reparos.
- c) Quando o equipamento, após a intervenção técnica, apresentar o mesmo defeito no prazo de 01 (uma) hora, o chamado será considerado não atendido.
- d) Na ocorrência de pessoas presas, o tempo de liberação desejado é de 15 (quinze) minutos, não devendo exceder 30 (trinta) minutos, no período entre 7:30 e 19:30 horas em dias úteis, ou 45 (quarenta e cinco) minutos, fora desse período. Caso não tenha sido iniciada a liberação do(s) passageiro(s) preso(s) em até 30 (trinta) minutos, a CONTRATANTE reserva-se o direito de acionar o Corpo de Bombeiros, ficando a empresa CONTRATADA responsável por ressarcir quaisquer prejuízos advindos desta ação.
- e) Quando do início da prestação dos serviços deverá ser emitido, em no máximo 10 (dez) dias úteis, um laudo de vistoria para cada equipamento, no qual deverá constar o estado





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

(situação das peças, questões técnicas e de segurança, entre outros dados relevantes) em que cada equipamento se encontra e qual o prazo para a resolução de cada problema apontado, quando de obrigação da Contratada.

- f) Quando do término da vigência do contrato deverá ser emitido, em no máximo 10 (dez) dias antes de sua conclusão, um laudo semelhante ao do item anterior.

7.4. Em linhas gerais, serão apresentadas as rotinas mínimas e sua periodicidade, conforme a tabela anual resumida a seguir, fato que não desobrigará a CONTRATADA de incorporar outras ações recomendadas pelos fabricantes ou pelas instituições oficiais.

ETAPAS	MESES											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Avaliação inicial do desempenho de cada equipamento	MENSALMENTE											
Desempenho de qualidade	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Casa de máquinas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Conjunto de tração	X			X			X			X		
Regulador		X			X			X			X	
Seletor	X			X			X			X		
Limpeza e verificação do controle		X		X		X		X		X		X
Ajuste mecânico e elétrico do controle	X		X		X		X		X		X	
Limpeza e verificação do passadiço		X			X			X			X	
Verificação da porta	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Limpeza e verificação no topo do carro	X			X			X			X		
Limpeza completa do poço, ou afim	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

8. PRAZO DE EXECUÇÃO

A vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, II da Lei 8666/93.

9. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

O IMR é, conforme Instrução Normativa nº 05 de 2017, o “mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento” para os serviços prestados.

A Fiscalização Técnica medirá a eficiência da execução contratual em função de indicadores referenciais descritos a seguir como atividades críticas do contrato, que são critérios objetivos e mensuráveis estabelecidos com a finalidade de aferir e avaliar diversos fatores relacionados com os serviços contratados, quais sejam: qualidade, desempenho e disponibilidade de uso.

Para mensurar esses fatores serão utilizados indicadores relacionados com a natureza e características dos itens contratados, para os quais foi estabelecida meta quantificável a ser cumprida pela CONTRATADA. Esses indicadores são expressos em unidades de medida exata e claramente mensuráveis visando o **Cumprimento de Metas Técnicas Contratuais**.

A aferição e avaliação dos indicadores serão feitas a cada medição/faturamento, devendo a Contratada apresentá-lo dentro do Relatório de Medição. Devem constar dentro deste relatório o indicador e meta de níveis de serviço alcançado. O conteúdo detalhado e a forma da apresentação serão definidos pelas partes.

Os primeiros 90 (noventa) dias, após o início da execução dos serviços serão considerados como período de estabilização, durante o qual a Contratada deverá proceder a todos os ajustes que se mostrarem necessários, bem como nos procedimentos adotados e demais aspectos da prestação dos serviços, de modo a assegurar o alcance dos níveis das metas estabelecidos. Caso haja prorrogação da vigência contratual, não haverá novo período de estabilização.

Em função do dito acima, **será aplicada um método de carência sobre a aplicação das metas nos primeiros 90 (noventa) dias do contrato** conforme metodologia explicitada a seguir.

- 1) para o 1º mês de execução contratual: cobrança de 50% das metas;
- 2) para o 2º mês de execução contratual: cobrança de 70% das metas;
- 3) para o 3º mês de execução contratual: cobrança de 90% das metas;
- 4) a partir do 4º mês de execução contratual serão cobradas 100% das metas.

9.1 – Indicador e Parâmetros de Cálculo do IMR

O indicador, metas, faixas de adequação e percentuais de glosa aplicáveis são estabelecidos na Tabela de Cálculo do IMR a seguir, que define os percentuais esperados, em função de meta pré-





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

estabelecida, e os percentuais de desconto no valor mensal do contrato a ser pago a CONTRATADA, no caso destes índices não serem alcançados.

Foram considerados críticos e alinhados diretamente com o objetivo do contrato os seguintes indicadores e metas mensais:

ITEM	INDICADOR DE NÍVEL DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	META
1	Pontualidade na entrega do Relatório Técnico Mensal	Dia útil	Até o 5º dia útil do mês subsequente
2	Ocorrência de Eventos por Equipamento	Eventos por mês	Até 3 Eventos mensais por Equipamento
3	Ocorrência de Paralisações por Equipamento	Paralisações por mês	Até 2 Paralisações mensais por Equipamento
4	Retirada de passageiros presos com espera maior que 30 minutos após chamado dentro do horário comercial (de 7:30 às 19:30 horas) em dias úteis	Ocorrência de Atrasos por mês	ZERO ocorrências
5	Retirada de passageiros presos com espera maior que 45 minutos após chamado fora dos dias úteis e horários acima	Ocorrência de Atrasos por mês	ZERO ocorrências

Notas:

- O relatório técnico é um item contratual e de responsabilidade técnica, por isso, considerado condição básica para atendimento ao contrato.
- Ocorrência é qualquer falha que ocorra com o equipamento que não inviabilize seu funcionamento e/ou que não o mantenha parado por mais de 24 horas. Ex. Lâmpada queimada, botoeira em mau contato, porta raspando no piso, etc. Em caso de um contrato ter mais de um equipamento, tal índice será a contabilização de todas as ocorrências mensais divididas pela quantidade de equipamentos do mesmo item contratual.
- Paralisação é qualquer falha que ocorra com o equipamento que inviabilize a operação por mais de 24 horas.
- Ocorrência de Atrasos a Retirada de Passageiros é uma espera maior que os períodos de espera para retirada de passageiros presos estabelecidos em função das necessidades da SJRJ e variam em função dos horários estabelecidos no item 7.3.b deste documento.

9.2 - Metodologia de Cálculo do IMR





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

O IMR – Instrumento de Medição de Resultados será calculado a partir da tabela a seguir: É desejado que a Contratada atinja a faixa de adequação “A” para todas as medições mensais consideradas, caracterizando o atingimento da meta preestabelecida e, consequentemente, não ensejando qualquer desconto.

O IMR será calculado em função do percentual de atendimento às metas, conforme tabela do item a seguir.

Caso não seja atingido o nível de execução esperado para o escopo de fornecimento, a empresa CONTRATADA terá desconto no valor a ser pago mensalmente pela CONTRATANTE.

Tabela de Cálculo do IMR – Instrumento de Medição de Resultados

Item	Indicador (I)	Unidade de Medida	Meta para cada medição	Faixas de Adequação do Indicador (I)		Valor do IMR	Itens de referência neste documento
1	Pontualidade na entrega do Relatório Técnico Mensal	Dias úteis de Atraso em relação ao prazo estabelecido	0 (zero) dias de atraso	A	Sem atraso	100 %	Item 5.22 e 9.1
				B	Acima de 1 até 5 dias	98 %	
				C	Acima de 5 até 10 dias	95 %	
				D	Acima de 10 dias atraso	90 %	
2	Ocorrência de Eventos por Equipamento	Eventos por mês	Até 3 Eventos mensais por Equipamento	A	Até 3 eventos	100 %	Item 7.2, 7.3 e 9.1
				B	Acima de 3 até 5 eventos	98 %	
				C	Acima de 5 até 7 eventos	95 %	
				D	Acima de 7 eventos	90 %	
3	Ocorrência de Paralisações por Equipamento	Paralisações por mês	Até 2 Paralisações mensais por Equipamento	A	Até 2 paralisações	100 %	Item 7.3 e 9.1
				B	Acima de 2 até 4 paralisações	98 %	
				C	Acima de 4 até 6 paralisações	95 %	





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Item	Indicador (I)	Unidade de Medida	Meta para cada medição	Faixas de Adequação do Indicador (I)		Valor do IMR	Itens de referência neste documento
				D	Acima de 6 paralisações	90 %	
4	Retirada de passageiros presos com espera maior que 30 minutos após chamado dentro do horário comercial (de 7:30 às 19:30 horas) em dias úteis	Ocorrência de Atrasos por mês	ZERO ocorrências	A	ZERO ocorrências	100 %	Item 7.3 e 9.1
				B	De 1 até 2 ocorrências	98 %	
				C	Acima de 2 até 3 ocorrências	95 %	
				D	Acima de 3 ocorrências	90 %	
5	Retirada de passageiros presos com espera maior que 45 minutos após chamado fora dos dias úteis e horários acima	Ocorrência de Atrasos por mês	ZERO ocorrências	A	ZERO ocorrências	100 %	Item 7.3 e 9.1
				B	De 1 até 2 ocorrências	98 %	
				C	Acima de 2 até 3 ocorrências	95 %	
				D	Acima de 3 ocorrências	90 %	

NOTAS:

- 1) O desconto realizado em função do IMR não impede outras penalidades por descumprimentos contratuais de aspectos não relacionados ao mesmo.
- 2) Deverão ser descontadas do cálculo IMR os itens previstos não executados por falta da Contratante e/ou de ações alheias à capacidade de atuação da Contratada, conforme julgamento da Fiscalização do Contrato.

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O não cumprimento pela contratada de qualquer uma das obrigações, dentro dos prazos estabelecidos por este Termo de Referência sujeitá-la-á às penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93 e art. 7º da lei nº 10.520/2002 conforme tabelas a seguir:





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Sanção	Em função de INEXECUÇÃO Contratual				Penalidade		
					Primeiro Mês	Segundo Mês	Terceiro Mês
1	Inexecução de obrigação contratual de qualquer item contratado. Tal obrigação pode estar listada no item 5 – Obrigações da Contratada e/ou quaisquer outros itens e subitens deste Termo de Referência.				-	Advertência	Multa de 2% sobre o VMS mensal, conforme item 11.1, para cada item ou obrigação contratual não executado
Sanção	Em função do não cumprimento do IMR				Penalidade		
	Indicador (I) do IMR	Faixas de Adequação do Indicador (I) do IMR		Valor do IMR	Primeiro Mês de ocorrência da mesma Irregularidade	Segundo Mês de ocorrência da mesma irregularidade	Terceiro Mês de ocorrência da mesma irregularidade
2	Ocorrência de Eventos por Equipamento	C	Acima de 5 até 7 eventos	95 %	-	Advertência	Multa de 5% sobre o valor da medição
		D	Acima de 7 eventos	90 %	Advertência	Multa de 5% sobre o valor da medição	Multa de 10% sobre o valor da medição

NOTAS:

- 1) As penalidades descritas não impedem que outras penalidades por descumprimentos contratuais de aspectos não relacionados ao mesmo sejam aplicadas.
- 2) O IMR não poderá ser utilizado quando o motivo do não atingimento da meta de faturamento decorre da Contratante e/ou de ações alheias à capacidade de atuação da Contratada, conforme julgamento da Fiscalização do Contrato.
- 3) As sanções administrativas, quando aplicadas, não desobrigam a aplicação do IMR.
- 4) As sanções listadas, quando aplicadas, não impedem que as sanções previstas nos artigos 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/2002 sejam também aplicadas.

11. PAGAMENTO

O modelo de pagamento adotado no contrato será mensal, pelo serviço prestado, em função de resultados mensurados e condicionado ao alcance de metas de desempenho dos níveis de serviço exigidos. Nesse modelo, o valor total dos serviços é estabelecido quando da contratação, porém o





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

valor mensal a ser faturado é calculado com base no IMR – Instrumento de Medição de Resultados alcançados pela Contratada na prestação do serviço, a ser assunto de item posterior. Portanto, os valores apresentados nas planilhas de composição de custos e formação de preços, quando da apresentação de propostas, correspondem aos valores máximos a serem faturados na hipótese de a Contratada atingir a meta exigida em todos os indicadores. Não há previsão de bônus ou pagamentos adicionais para os casos em que a Contratada superar as metas previstas, ou caso seja necessário o envolvimento de outros profissionais para o alcance das metas. A superação de uma das metas não poderá ser utilizada para compensar o não atendimento de outras metas no mesmo período, bem como o não atendimento da mesma meta em outro período.

Portanto, o Valor Mensal de Pagamento (VMP) será igual ao Valor Mensal de prestação de Serviço (VMS) impactado pelo IMR e possíveis sanções aplicadas em função de metas que não tenham sido atingidas.

A cobrança será realizada por meio de 01 (uma) **nota fiscal/fatura, que deverá ser apresentada até o 5º (quinto) dia útil de cada mês subsequente**, referente aos serviços prestados no mês anterior.

A(s) nota(s) fiscal(is) deverá(ão) constar em seu(s) corpo(s), os seguintes dados:

- Razão social, endereço e CNPJ de acordo com o contrato;
- Dados bancários para crédito evidenciados;
- Destinatário da NF em nome da “Justiça Federal de 1º Grau – Seção Judiciária do Rio de Janeiro” - CNPJ 05.424.540/0001-16

O **Valor Mensal de Pagamento (VMP)**, deverá ser calculado conforme fórmulas apresentadas nos itens a seguir.

11.1. OBTENÇÃO DO VALOR MENSAL A FATURAR:

$$VMP = VMS \times IMR$$

- **VMP** = Valor Mensal de Pagamento **para emissão da nota fiscal**;
- **VMS** = Valor Mensal de prestação de Serviço, conforme valor contratual;
- **IMR** = Índice de Medição de Resultado expresso em %.

12. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

12.1. Recebimento Provisório

Lavar-se-á o Termo de Recebimento Provisório em até 3 (três) dias úteis, contados a partir da solicitação, por escrito, da Contratada e apresentação da Nota Fiscal, para contratações com valor inferior ao estabelecido no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e em até 05 (cinco) dias para contratações com valor superior ao acima determinado.

Tal documento será emitido em 02 (duas) vias de igual teor, assinadas pelo Representante Legal da Contratada, e pela Fiscalização da Contratante, que fará as vistorias, observações e conferências necessárias à concessão do recebimento.

O recebimento provisório **será emitido somente após os serviços prestados no último período de adimplemento contratual**, atendidas as condições estabelecidas nas especificações técnicas.





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

12.2. Recebimento Definitivo

Lavar-se-á o Termo de Recebimento Definitivo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, para contratação com valor inferior ao estabelecido no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e, em até 30 (trinta) dias para valor superior, após o recebimento provisório, salvo motivo justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.

Os recebimentos provisório e definitivo não excluem a responsabilidade da CONTRATADA, conforme disposto no parágrafo 2º do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

13. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

A CONTRATADA deverá observar e adotar os critérios e práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços de manutenção, quando couber, previstas na Instrução Normativa nº 01/2012 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Os serviços deverão ser planejados e executados visando à economia da manutenção e operacionalização das edificações, na redução do consumo de energia e de água, bem como na utilização de equipamentos e materiais, que reduzam o impacto ambiental.

Deverá ser priorizado o emprego de mão de obra, materiais, equipamentos de origem local, para a execução da manutenção.

Nas atividades relacionadas com a manutenção, fica vedada a utilização de produtos altamente tóxicos, segundo a classificação do Ministério da Saúde, assim como deverão ser utilizados produtos Biodegradáveis para a limpeza e desengraxe.

A CONTRATADA deverá adotar na retirada de resíduos, prática de descarte sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização. Os resíduos sólidos deverão ser acondicionados em embalagens adequadas, de modo a garantir a segurança no armazenamento e transporte dos mesmos.

A CONTRATADA deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

- a) Usar produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.
- b) Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003.
- c) Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento.
- d) Realizar a prestação dos serviços de manutenção preventiva/corretiva, objeto deste Termo de Referência, alinhados com as especificações técnicas contidas nas Normas





**JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO**

Técnicas Brasileiras, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), assim como com as especificações técnicas contidas nas Normas Regulamentadoras publicadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Todos os procedimentos de execução do contrato deverão ser feitos de forma ambientalmente sustentável e respeitando todas as normas e legislações aplicáveis na ocasião do contrato, conforme as listadas abaixo:

- Lei nº 9.433 de 08/01/1997 – Política Nacional do Meio Ambiente
- Lei nº 9.605 de 12/02/1998 – Lei de Crimes Ambientais
- Lei nº 7.347 de 24/07/1985 – Lei da Ação Civil Pública
- Lei nº 9795 de 27/04/1999 - Política Nacional de Educação Ambiental
- Lei nº 9984 de 17/07/2000 - Política Nacional de Recursos Hídricos
- Lei nº 10165 de 27/12/2000 - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental
- Lei nº 12.305 de 02/08/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos
- Decreto nº 7.404 de 23/12/2010 – Regulamentação da lei nº 12.305/2010
- Decreto nº 7.746 de 05/07/2012 – Contratações Públicas Sustentáveis
- Instrução Normativa nº 01/2012 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- Resolução Nº CJF-RES-2018/00479 de 28 de fevereiro de 2018 que institui o Manual de Sustentabilidade e Eficiência Energética a ser aplicado nas edificações do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2020.

**Delson dos Santos
Analista Judiciário Eng. Mecânico / SEMEQ**

**Maria Luiza Alves de Aquino
Coordenadora da CMNT**

**Claudia Mesquita Resende Rangel
Diretora da SIE**





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES, DOS ELEVADORES INSTALADOS NO FORUM MARILENA FRANCO À AV. VENEZUELA, 134 – CENTRO – RIO DE JANEIRO – RJ BLOCO A		
ITEM	SERVIÇO	VALOR MENSAL
1	Manutenção dos 3 (três) Elevadores da marca ATLAS SCHINDLER, sem engrenagem, modelo MICONIC MX VF 22 BR com máquina de tração FMR 355	

